

ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA

São José das Palmeiras, 23 de abril de 2025.

Requerente: Sr.(A) SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

Requerido: PREFEITO(A) MUNICIPAL

Prezado(a) Prefeito(a),

Com minha visita, venho respeitosamente, por meio deste, requerer de V.Exa. providências cabíveis para contratação de empresa fornecedora, conforme resumo de especificação abaixo:

Especificação dos Produtos e/ou Serviços Pretendido:

Descrição do Objeto	Solicito a aquisição de 01 (uma) escavadeira hidráulica, destinada ao município de São José das Palmeiras-PR, através de Adesão de Ata de Registro de Preços Consolidada nº 34/2023, Pregão Eletrônico nº 34/2023, do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA
Valor Estimado:	R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais)
Condição de Pagamento:	O pagamento será através do Termo de Convênio nº 124/2025 – SECID celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado das Cidades, Serviço Social Autônomo Paranaidade e o Município de São José das Palmeiras
Local de Entrega:	Município de São José das Palmeiras
Prazo de Execução (contrato):	Conforme previsto na Ata de Registro de Preços Consolidada nº ATC 000034/2023
Fonte de Origem dos Recursos:	Governo do Estado do Paraná

Neste sentido, venho a presença de V.Exa. solicitar que seja autorizado abertura de Processo Licitatório correspondente, uma vez que o objeto da despesa se enquadra nas exigências da Lei Federal nº 14.133/21, especificamente na modalidade de INEXIGIBILIDADE, nos termos da Lei 14.133/2021.

Por fim, esclareço que apresento Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, cujas cópias seguem anexas.

Atenciosamente,


CLEBER DE CARVALHO PIERAZO

SECRETARIO DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Termo de Referência

DA: SECRETARIO DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
PARA: PREFEITO MUNICIPAL

1 – OBJETO

Aquisição de 01 (uma) escavadeira hidráulica, destinada ao município de São José das Palmeiras-PR, através de Adesão de Ata de Registro de Preços Consolidada nº 34/2023, Pregão Eletrônico nº 34/2023, do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – **CINCATARINA**

2 - JUSTIFICATIVA

Vimos através do presente informar sobre o procedimento para adesão, como “CARONA” para adesão a ata de registro de preços, tendo como órgão gerenciador o CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, através do pregão eletrônico 034/2023, registro de preços para futura aquisição de escavadeira hidráulica zero hora, conforme especificações técnicas anexadas ao termo de referência anexo, de origem do consorcio Inter federativo Santa Catarina – CINCATARINA, Estado de Santa Catarina.

Quanto a ata de registro de preços, foi identificado a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRONICO 034 /2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4071/2024-e, tendo como órgão gerenciados o CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, em favor da empresa PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A. com endereço a 76.527.951/0001-85, nº 11807, CEP: 81.690-170, em CURITIBA - PR, cujas especificações atendem as necessidades da Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes do Município de São José das Palmeiras – PR.

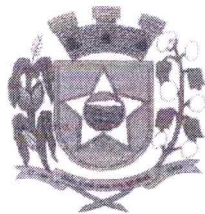
Foram efetuadas pesquisas de preço, conforme pode-se verificar nos orçamentos em anexo, os valores propostos encontram-se acima do valor registrado, sendo assim demonstra-se que a aquisição através da adesão ao registro de preços é vantajosa para a administração, tendo em vista que na proposta registrada consta preço abaixo dos valores praticados no mercado, gerando economia para a instituição, e citando a agilidade do processo, uma vez que demandaria tempo de realizar um processo licitatório, e com a instabilidade de valor de mercado podendo o município ter perda, diante disto justifica-se a Adesão ao Registro de Preços do citado órgão.

Ademais, a escavadeira Hidráulica registrada da Marca Caterpillar é um equipamento de excelente qualidade no mercado, atendendo assim, também aos anseios do Município na busca de equipamentos de qualidade para fazer frente as necessidades de nossa população.

Desta forma, uma vez que será mantido o compromisso de fornecimento de acordo com os preços registrados em ata, estes se mostram mais vantajosos para a administração pública.

3 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A presente contratação é tem como base o art. 86, § 2º e , §3º da Lei 14.133/2021.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

**4 - DAS ESPECIFICAÇÕES/VALORES REFERENCIAIS**

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	01	UNID	Escavadeira Hidraulica de esteiras de fabricação nacional, marca acaterpillar, modelo 313GC motor diesel caterpillar modelo C3.6 tier III de 95HP de potencia liquida, 4 cilindros injeção eletrônica, controle automático do motor seletor de potencia separador de agua com indicador de nível sistema de arrefecimento de altas temperaturas sistema hidráulico sensível a carga e fluxo variável com suspensão, cabine fechada com ar condicionado caçamba 0,53 m³ sapata de 770 mm, peso operacional de 12.900 kg, fabricação da caterpillar brasil. Descrição resumida:313GC#10 CAB/AR/0,53M3/770MM	R\$ 630.000,00	R\$ 630.000,00

5 – DO ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA E AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

O acompanhamento da entrega dos serviços ficará (ão) a cargo dos servidores responsáveis conforme a Portaria nº 010/2025, e a fiscalização do contrato será exercida pelo servidor Sr. **Douglas de Alencar Colombelli**, e a secretaria deverá solicitar os materiais/serviços, emitindo mensalmente relatório da entrega dos serviços, podendo recusar-se a receber serviços cujo nível de qualidade não seja similar aos especificados no edital.

6 – DO FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

O equipamento deverá ser entregue no Município de São José das Palmeiras.

O prazo de entrega está previsto na Ata de Registro de Preços Consolidada nº ATC 000034/2023.

7 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Permitir o acesso de funcionários dos fornecedores às suas dependências, para a entrega das Notas Fiscais/Faturas;



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

Impedir que terceiros executem o fornecimento deste objeto;

Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento da(s) mercadorias e/ou serviços prestados, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;

Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

Solicitar a(s) mercadoria(s);

Verificação das quantidades da(s) mercadorias(s) e/ou serviços;

8 – DO PAGAMENTO

O (s) pagamento (s) será (ão) através do Termo de Convênio nº 124/2025 – SECID celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado das Cidades, Serviço Social Autônomo Paranaidade e o Município de São José das Palmeiras, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

- 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços;
- 2) Certidão Negativa de Débitos do FEDERAL/INSS;
- 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- 4) - Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
- 5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- 6) Certidão de Débitos Trabalhistas

9 -DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	3300	07.001.15.452.0008.1068	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	3321	07.001.15.452.0008.1068	7902	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

10 – DA AUTENTICIDADE DOS ORÇAMENTO (S)/COTAÇÃO DE PREÇOS

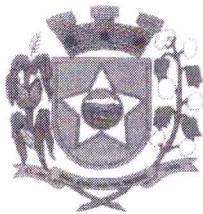
Foram efetuadas de pesquisa realizadas LIUGONG, PESA E XCMG, passando integrar o presente Termo de Referência.

Foi constatado que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado demonstrando dessa forma a vantajosidade ao Município.

Ressalto ainda que foi realizado a consulta e aceitação do órgão gerenciador e do fornecedor, sendo que houve manifestação à aceitação adesão da Ata de Registro de Preços Consolidada nº 34/2023.


CLEBER DE CARVALHO PIERAZO

SECRETARIO DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



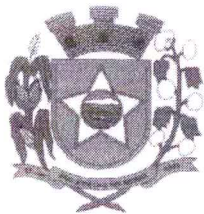
12 - DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Como condição de classificação, poderá (ao) o Senhor Pregoeiro ou a Comissão Permanente de Licitação promover, nos termos da 14.133/2021 e diligências que entender necessárias.

São José das Palmeiras, 28 de abril de 2025.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

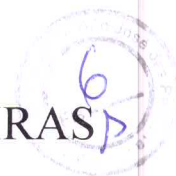
CLEBER DE CARVALHO PIERAZO
SECRETARIO DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

Contratação de empresa para fornecer escavadeira hidráulica do Município de São José das Palmeiras – PR.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A secretaria Municipal de obras, urbanismo e transportes, solicita realizar ata de registro de preço para aquisição da escavadeira hidráulica.

3. ÁREA REQUISITANTE

<i>Área requisitante</i>	<i>Responsável</i>
<i>Secretaria de obras, urbanismo e transportes</i>	<i>CLEBER DE CARVALHO PIERAZO</i>

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos da contratação, ira ser por ata de registro de preço, sendo que a empresa apresentou a declaração e demais documentação necessários, por ser a proposta mais vantajosa e melhor qualidade.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A aquisição é de grande necessidade para que o Município consiga utilizar o produto da melhor forma, sem gastos com manutenção.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

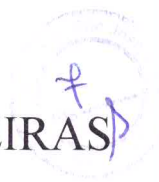
Estima-se o valor da contratação em R\$ R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais)



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

No presente caso se utiliza do parcelamento do objeto, pois se de aquisição de equipamentos conforme necessidade de cada secretaria.

8. RESULTADOS PRETENDIDOS

Objetivo da contratação:

Contratação de empresa para fornecer escavadeira hidráulica do Município de São José das Palmeiras – PR.

Objetivos específicos:

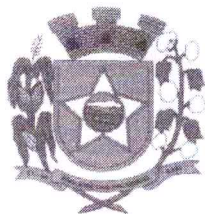
Vimos através do presente informar sobre o procedimento para adesão, como “CARONA” para adesão a ata de registro de preços, tendo como órgão gerenciador o CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, através do pregão eletrônico 034/2023, registro de preços para futura aquisição de escavadeira hidráulica zero hora, conforme especificações técnicas anexadas ao termo de referência anexo, de origem do consorcio Inter federativo Santa Catarina – CINCATARINA, Estado de Santa Catarina.

Quanto a ata de registro de preços, foi identificado a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRONICO 034 /2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4071/2024-e, tendo como órgão gerenciados o CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, em favor da empresa PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A. com endereço a 76.527.951/0001-85, nº 11807, CEP: 81.690-170, em CURITIBA - PR, cujas especificações atendem as necessidades da Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes do Município de São José das Palmeiras – PR.

Foram efetuadas pesquisas de preço, conforme pode-se verificar nos orçamentos em anexo, os valores propostos encontram-se acima do valor registrado, sendo assim demonstra-se que a aquisição através da adesão ao registro de preços é vantajosa para a administração, tendo em vista que na proposta registrada consta preço abaixo dos valores praticados no mercado, gerando economia para a instituição, e citando a agilidade do processo, uma vez que demandaria tempo de realizar um processo licitatório, e com a instabilidade de valor de mercado podendo o município ter perda, diante disto justifica-se a Adesão ao Registro de Preços do citado órgão.

Ademais, a escavadeira Hidráulica registrada da Marca Caterpillar é um equipamento de excelente qualidade no mercado, atendendo assim, também aos anseios do Município na busca de equipamentos de qualidade para fazer frente as necessidades de nossa população.

Desta forma, uma vez que será mantido o compromisso de fornecimento de acordo com os preços registrados em ata, estes se mostram mais vantajosos para a administração pública.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



9. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

No caso em tela, a necessidade está plenamente comprovada, haja vista a possibilidade prevista na norma legal e diante das razões expostas, a viabilidade da contratação.

10. RESPONSÁVEL

CLEBER DE CARVALHO PIERAZO
SECRETARIO DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeira, 29 de abril de 2025.

À

Comissão de Contratação

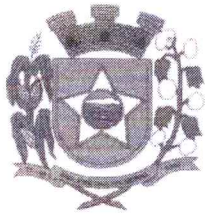
Município de São José das Palmeiras – Estado do Paraná

Senhores Membros,

Encaminho para providências necessárias para a aquisição de 01 (uma) escavadeira hidráulica, destinada ao município de São José das Palmeiras-PR, através de Adesão de Ata de Registro de Preços Consolidada nº 34/2023, Pregão Eletrônico nº 34/2023, do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, já com meu despacho, autorizando a contratação ficando condicionada suas discriminações ao cumprimento de todas as exigências e formalidades previstas na Lei 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 056/2023, de 24 de maio de 2023.

Atenciosamente,

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

10

São José das Palmeiras, 29 de abril de 2025.

Ao
Setor Contábil e Financeiro

Assunto: SOLICITAÇÃO DE PARECER ORÇAMENTÁRIO e FINANCEIRO

Prezados Senhores,

Através do presente, nos termos do art. 29 da Lei n.º 14.133/21, solicitamos informações quanto a disponibilidade orçamentária e financeira para Aquisição de 01 (uma) escavadeira hidráulica, destinada ao município de São José das Palmeiras-PR, através de Adesão de Ata de Registro de Preços Consolidada n.º 34/2023, Pregão Eletrônico n.º 34/2023, do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, conforme termo de referência .

Atenciosamente,

Sandra Rosa de Souza
Presidente



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



COMPROVAÇÃO DE SALDO ORÇAMENTÁRIO
(artigo 150 da Lei 14.133/21)

Informamos que as despesas para a aquisição de 01 (uma) escavadeira hidráulica, destinada ao município de São José das Palmeiras-PR, através de Adesão de Ata de Registro de Preços Consolidada nº 34/2023, Pregão Eletrônico nº 34/2023, do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – **CINCATARINA**, correrão a conta das dotações orçamentárias abaixo citadas do orçamento de 2025.

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	3300	07.001.15.452.0008.1068	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	3321	07.001.15.452.0008.1068	7902	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Após a apreciação da solicitação referente a Contratação de empresa, informamos que **EXISTE** disponibilidade financeira para execução do objeto do presente processo à contratação.

Com votos de estima e consideração;

São José das Palmeiras, 29 de abril de 2025.

JHONNY RICARDO DE CASTRO
CONTADOR



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

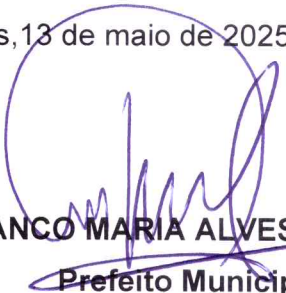


AUTORIZAÇÃO

Estando cumpridas as formalidades previstas na Lei n.º 14.133/21, AUTORIZO a abertura do **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO n.º 034/2025**, como **Inexigibilidade N.º 07/2025**, para aquisição de 01 (uma) escavadeira hidráulica, destinada ao município de São José das Palmeiras-PR, através de Adesão de Ata de Registro de Preços Consolidada n.º 34/2023, Pregão Eletrônico n.º 34/2023, do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – **CINCATARINA**

Dê-se a publicação de acordo com a Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações posteriores.

São José das Palmeiras, 13 de maio de 2025.


FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

DA: CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARA: PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: Parecer sobre Inexigibilidade nº 07/2025

Nos termos do art. 58 e seguintes do DECRETO MUNICIPAL Nº 056/2023 DATA: 24 DE MAIO DE 2023, o qual regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, esta controladoria passa a se manifestar sobre o certame licitatório nos seguintes termos:

Exame:

Nos autos do procedimento licitatório realizado na modalidade PREGAO ELETRONICO, para a aquisição de 01 (uma) escavadeira hidráulica, destinada ao município de São José das Palmeiras-PR, através de Adesão de Ata de Registro de Preços Consolidada nº 34/2023, Pregão Eletrônico nº 34/2023, do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA

CONCLUSÃO:

Vislumbrado o exame e verificado a legalidade do processo, a Controladoria é FAVORÁVEL ao mesmo. Encaminhe-se o referido parecer a Comissão de Contratação para que sejam tomadas as devidas providências.
É o parecer da Unidade de Controle Interno.

São José das Palmeiras, 13 de maio de 2025


MARLENE KAZIK SARMENTO BASSI
Assessora de Controle Interno



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR



PARECER JURÍDICO

Assunto: Adesão à Ata de Registro de Preços n.º ATC 0034/2023

Requerente: Departamento de Licitação

Data: 15 de maio de 2025.

I – RELATÓRIO:

Trata-se de consulta jurídica realizada nos autos supra mencionados, no qual se busca adesão à Ata de Registro de Preços Consolidada n.º ATC 0034/2023, referente a Pregão Eletrônico n.º 034/2023, proveniente do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA.

A adesão visa a aquisição/licitação de equipamentos rodoviários, cuja manifestação de vontade também foi objeto de regulamentação municipal, especificamente o Decreto Municipal n.º 058/2024, do dia 21 de maio de 2024, que regulamenta a possibilidade de adesão do município a ata de registro de preços licitada por outro ente federativo.

Em suma, estes são os fatos. Passa-se a analisar.

II – FUNDAMENTAÇÃO:

II.1. DA COMPETÊNCIA PARA ANÁLISE:

A Nova Lei de Licitações, ao tratar sobre as atribuições do órgão de assessoramento jurídico da Administração, estabelece que cabe a ele realizar prévio controle de legalidade, mediante análise jurídica das contratações públicas.

Dentre tais atribuições, está a análise de questões envolvendo adesão a atas de registro de preço. Nesse sentido, é o que se extrai do § 4º do artigo 53 da Lei nº 14.133/21:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

(...)

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios,



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR

ajustes, **adesões a atas de registro de preços**, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

(...)

No âmbito no Município de São José das Palmeiras, a competência para realizar a prévia análise jurídica é da Procuradoria Jurídica.

Nesse sentido, é o que se extrai do Decreto Municipal nº 056, de 24 de maio de 2023, vejamos:

Art. 56 - Além do controle prévio de legalidade previsto no art. 53 da Lei nº 14.133, de 2021, incumbe à Procuradoria Jurídica o assessoramento jurídico, por meio de apoio e auxílio às autoridades responsáveis pela tomada de decisões, e aos agentes do processo de contratação.

Logo, verifica-se que é atribuição desta Procuradoria proceder com o controle prévio de legalidade quanto aos atos atinentes a adesão a atas de registro de preços.

II.II. DA ABRANGÊNCIA DA ANÁLISE JURÍDICA

Consigne-se que a presente análise considerará tão somente os aspectos estritamente jurídicos da questão trazida ao exame desta Procuradoria Jurídica, partindo-se da premissa básica de que, ao propor a solução administrativa ora analisada, o administrador público se certificou quanto às possibilidades orçamentárias, financeiras, organizacionais e administrativas, levando em consideração as análises econômicas e sociais de sua competência.

Neste sentido, replicando as palavras do Ministro Gilmar Mendes do STF, (HABEAS CORPUS 171.576 RIO GRANDE DO SUL, “in verbis”:

É que, no processo licitatório, não compete ao assessor jurídico averiguar se está presente a causa de emergencialidade, mas apenas se há nos autos, decreto que a reconheça. **Sua função é zelar pela lisura sob o aspecto formal do processo, de maneira a atuar como verdadeiro fiscal de formalidades.** No processo licitatório, portanto, o assessor jurídico está restrito a atestar a presença, ou não, do decreto, quando o Ministério Público exige que ele investigue a presença, ou não, da emergência. A assinatura do assessor na minuta do contrato, de igual modo, serve de atestado de cumprimento de requisitos formais e não materiais.

Desta feita, verifica-se que a atividade dos procuradores jurídicos atuantes, assim como ocorre com a atividade advocatícia de maneira geral, limita-se à análise da



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150- São José das Palmeiras-PR



compatibilidade jurídica da matéria trazida a exame, sem prejuízo de, eventualmente, sugerir soluções vislumbradas por esta unidade de assessoramento jurídico, que devem ser objeto de consideração por parte do gestor, que detém, no entanto, a palavra final sobre a implementação de políticas públicas no âmbito municipal, nos limites do seu juízo de mérito.

II.III. DA ANÁLISE JURÍDICA

Ao tratar sobre o sistema de registro de preços, a Lei nº 14.133/21 prevê os órgãos gerenciador, participante e não participante. Os conceitos constam no artigo 2º, o qual assim estabelece:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XLVII - órgão ou entidade gerenciadora: órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

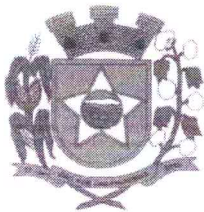
XLVIII - órgão ou entidade participante: órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços;

XLIX - órgão ou entidade não participante: órgão ou entidade da Administração Pública que não participa dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a ata de registro de preços;

(...)

Em síntese, tem-se que o registro de preços deve ser conduzido pelo órgão gerenciador. Durante a tramitação do feito, no entanto, é possível a participação de outros órgãos, os quais integrarão o registro de preços. Sendo assim, a ata de registro deverá ser elaborada a partir dos quantitativos indicados pelo órgão gerenciador e pelos órgãos participantes.

A legislação admite que, após a formalização da ata de registro de preço, outros órgãos e entidades procedam a adesão. Esses são considerados órgãos/entidades não participantes, sendo que a adesão deve ser realizada em observância ao que determina o artigo 86 da Lei nº 14.133/21:



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR



Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

§ 1º O procedimento previsto no **caput** deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.

§ 2º Se não participarem do procedimento previsto no **caput** deste artigo, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei;

III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

§ 3º A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)

I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

II - por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

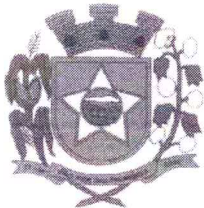
§ 4º As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o § 2º deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

§ 5º O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o § 2º deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 6º A adesão à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora do Poder Executivo federal por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o § 5º deste artigo se destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 desta Lei.

§ 7º Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite de que trata o § 5º deste artigo.

§ 8º Será vedada aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR



No âmbito municipal, o registro de preços é regulamentado pelo Decreto nº 058/2024. Esse estabelece que o Município de São José das Palmeiras poderá aderir a ata de registro de preços gerida por órgão ou entidade federal, estadual ou municipal.

No caso em tela, busca-se adesão a ata de registro de preços emitida pelo Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA. Tal ata decorre de processo licitatório: “PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO “e-PAL” No 000034/2023 – e PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, No 0034/2023 – CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CONSOLIDADA Nº ATC000034/2023”, cujo objeto segue abaixo colacionado, vejamos:



**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO
SANTA CATARINA**

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - LEI 14.133/2021, para uso do (a) dos entes da federação consorciados e referendados ao CINCATARINA, seus órgãos e entidades que compõem a administração direta e indireta, na condição de Órgão Participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima sexta.

O conceito de compra nacional é trazido pelo artigo 2º, VI, do Decreto Federal nº 11.462/23. Esse diz o seguinte:

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - sistema de registro de preços -SRP - conjunto de procedimentos para a realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens para contratações futuras; II - ata de registro de preços - documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos ou as entidades participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou no instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas;

III - órgão ou entidade gerenciadora - órgão ou entidade da Administração Pública federal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - órgão ou entidade participante - órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços;



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR

V - órgão ou entidade não participante - órgão ou entidade da Administração Pública que não participa dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a ata de registro de preços; VI - compra nacional - compra ou contratação de bens, serviços ou obras, em que o órgão ou a entidade gerenciadora conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada de programa ou projeto federal e consolida as demandas previamente indicadas pelos entes federados beneficiados, sem a necessidade de manifestação de interesse durante o período de divulgação da intenção de registro de preços- IRP;

VII - compra centralizada - compra ou contratação de bens, serviços ou obras, em que o órgão ou a entidade gerenciadora conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada, mediante prévia indicação da demanda pelos órgãos ou pelas entidades participantes;

VIII - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF - ferramenta informatizada, integrante do Sistema de Compras do Governo Federal - Compras.gov.br, disponibilizada pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para cadastramento dos licitantes ou fornecedores de procedimentos de contratação pública promovidos pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

IX - Gestão de Atas - ferramenta informatizada, integrante do Compras.gov.br, disponibilizada pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para controle e gerenciamento dos quantitativos das atas de registro de preços e de seus saldos, e das solicitações de adesão e de remanejamento das quantidades; e

X - SRP digital - ferramenta informatizada, integrante do Compras.gov.br, disponibilizada pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para o registro formal de preços relativos a prestação de serviços, obras e aquisição e locação de bens para contratações futuras, de que trata o inciso I.

Nas hipóteses envolvendo compra nacional, o órgão gerenciador conduz os procedimentos para registro de preços. Os beneficiários, no entanto, serão os demais entes federativos, os quais poderão demandar a ata de registro de preços.

Pois bem.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33
Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR

Após requerimento formulado pelo Prefeito Municipal, constatou-se que o órgão gerenciador autorizou a aquisição, mediante decisão administrativa do dia 14 de junho de 2024.

Entretanto, cabe ponderar que antes do advento da nova Lei de Licitações, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná mantinha um posicionamento contrário à utilização de tal instrumento, mas que pontuou a possibilidade futura, considerando a previsão da nova lei de licitações, vejamos o conteúdo do Acórdão n.º 1572/2022 – Tribunal Pleno:

Consulta. Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP). Possibilidade de participação de órgãos e entes municipais de forma ampla em ata de registro de preços gerenciada pela Administração Pública Estadual. **Pela impossibilidade**, levando-se em conta o atual cenário normativo Estadual dado pelo Decreto Estadual n.º 7.303/21. **Pela possibilidade futura, tendo em vista previsão expressa na Lei n.º 14.133/2021**, condicionada à autorização por ato normativo regulamentar infralegal do Poder Executivo Estadual.

Assim, após pesquisas realizadas, constatou-se que fora identificado apenas um posicionamento do TCE/PR sobre o tema, especificamente após a vigência da nova Lei de Licitações, cuja ementa diz:

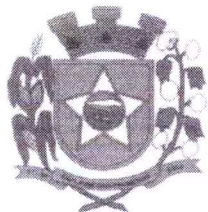
ACÓRDÃO Nº 450/25 - Tribunal Pleno

Representação. **Adesão de município paranaense à registro de preços de município do Rio de Janeiro. Inexistência de irregularidade com base na Nova Lei de Licitações.**

Equipamentos entregues diversos daquele inicialmente previsto. Culpa exclusiva da fabricante. Modelo tecnologicamente superior. Inexistência de prejuízo. Pela Improcedência.

Entretanto, cumpre destacar que se trata de tema novo, o qual, **durante muitos anos**, fora compreendido como uma prática irregular, além disso, em que pese a regulamentação pela nova Lei de Licitações, a aquisição em tela causa estranhamento, já que trata-se de uma adesão a uma Ata de Registro de Preços de um consórcio situado em outro estado.

Não é demais recordar, que dentre os princípios licitatórios indicados no art. 2º da Lei de Licitações, encontram o princípio da impessoalidade, da moralidade, da probidade administrativa e da competitividade.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150 – São José das Palmeiras-PR

21
p

Ainda que tal questão tenha sido regulamentada pela nova Lei de Licitações, percebe-se que a adesão a uma ata de registro de preços configura a escolha deliberada de um determinado produto/marca, o que por si só se mostra no mínimo questionável.

Por outro lado, é importante destacar que o presente procedimento fora inaugurado, provocado e motivado sob o comando do prefeito municipal anterior, qual seja, **NELTON BRUM**, que não se encontra mais no exercício do cargo, mas que deixou esta questão em trâmite.

De tal forma, diante da análise principiológica da Lei de Licitações, a qual tem como norte a impossibilidade de escolha da empresa/produto vencedor, compreendo que não existem elementos legais e fáticos que me convençam da regularidade do presente procedimento, razão pela qual entendo que a responsabilidade pela continuidade do certame caberá unicamente à discricionariedade do Prefeito Municipal em exercício.

III – CONCLUSÃO:

Diante do exposto, por ora, meu parecer é no seguinte sentido:

Diante da análise principiológica da Lei de Licitações, a qual tem como norte a impossibilidade de escolha da empresa/produto vencedor, compreendo que não existem elementos legais e fáticos que me convençam da regularidade do presente procedimento, razão pela qual entendo que a responsabilidade pela continuidade do certame caberá unicamente à discricionariedade do Prefeito Municipal em exercício.

É o parecer.

HERBERT
CORREA BARROS

Assinado de forma digital por
HERBERT CORREA BARROS
Dados: 2025.05.15 10:53:15
-03'00'

HERBERT CORREA BARROS
OAB/PR n.º 51.127
PROCURADOR DO MUNICÍPIO



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

223

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PROCESSO LICITATORIO Nº 034/2025

INEXIGIBILIDADE Nº 07/2025

I - OBJETO: aquisição de 01 (uma) escavadeira hidráulica, destinada ao município de São José das Palmeiras-PR, através de Adesão de Ata de Registro de Preços Consolidada nº 34/2023, Pregão Eletrônico nº 34/2023, do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – **CINCATARINA**

II – FUNDAMENTO LEGAL: art. 86, § 2º e , §3º da Lei 14.133/2021.

III- DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO: o procedimento para adesão, como “CARONA” para adesão a ata de registro de preços, tendo como órgão gerenciador o CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, através do pregão eletrônico 034/2023, registro de preços para futura aquisição de escavadeira hidráulica zero hora, conforme especificações técnicas anexadas ao termo de referência anexo, de origem do consorcio Inter federativo Santa Catarina – CINCATARINA, Estado de Santa Catarina.

Quanto a ata de registro de preços, foi identificado a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRONICO 034 /2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4071/2024-e, tendo como órgão gerenciados o CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, em favor da empresa PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A. com endereço a 76.527.951/0001-85, nº 11807, CEP: 81.690-170, em CURITIBA - PR, cujas especificações atendem as necessidades da Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes do Município de São José das Palmeiras – PR.

Foram efetuadas pesquisas de preço, conforme pode-se verificar nos orçamentos em anexo, os valores propostos encontram-se acima do valor registrado, sendo assim demonstra-se que a aquisição através da adesão ao registro de preços é vantajosa para a administração, tendo em vista que na proposta registrada consta preço abaixo dos valores praticados no mercado, gerando economia para a instituição, e citando a agilidade do processo, uma vez que demandaria tempo de realizar um processo licitatório, e com a instabilidade de valor de mercado podendo o município ter perda, diante disto justifica-se a Adesão ao Registro de Preços do citado órgão.

Ademais, a escavadeira Hidráulica registrada da Marca Caterpillar é um equipamento de excelente qualidade no mercado, atendendo assim, também aos anseios do Município na busca de equipamentos de qualidade para fazer frente as necessidades de nossa população.

Desta forma, uma vez que será mantido o compromisso de fornecimento de acordo com os preços registrados em ata, estes se mostram mais vantajosos para a administração pública.

IV – FORNECEDOR: A aquisição objeto deste procedimento se dá através da empresa, **PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A.**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 76.527.951/0001-85, sediado(a) na Rodovia BR-116 – km 100 nº 11807 – Curitiba CEP 81.690-100.

V – PREÇO: O preço certo e determinado a ser pago é de R\$ 630.000,00 (seiscientos e trinta mil reais).

VI– JUSTIFICATIVA DE PREÇO:



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

A contratação da empresa acima especificada para execução do objeto descrito neste processo e o preço tem por razão a inviabilidade de competição em atenção a TA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRONICO 034 /2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4071/202.

VIII – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	3300	07.001.15.452.0008.1068	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	3321	07.001.15.452.0008.1068	7902	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

IX -PRAZO: O equipamento no município de São José das Palmeiras - PR. O prazo de entrega conforme **O prazo de entrega está previsto na Ata de Registro de Preços Consolidada n° ATC 000034/2023, será de 90 (noventa) dias.**

São José das Palmeiras, 14 de maio de 2025.

Sandra Rosa de Souza

Presidente da Comissão de Licitação

Isabela Aparecida Arboleza

Membro

Cibele Cristina de Oliveira Sangi

Membro

APROVO, com fundamento nas razões acima expostas, as quais utilizo para decidir em 14/05/2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

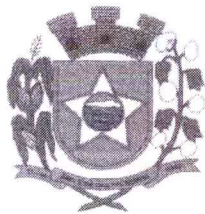


PROCESSO LICITATORIO Nº 034/2025
TERMO RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2025

Com fundamento no Art. 82, da Lei n.º 14.133/20213, RATIFICO em favor da empresa **PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A.** Inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 76.527.951/0001-85, sediado (a) na BR-116 – km 100 nº 11807 – Curitiba CEP 81.690-100, no Município de São Bernardo do Campo – SP, a Inexigibilidade nº 0/2025, cujo objeto é a aquisição de 01 (uma) escavadeira hidráulica, destinada ao município de São José das Palmeiras-PR, através de Adesão de Ata de Registro de Preços Consolidada nº 34/2023, Pregão Eletrônico nº 34/2023, do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – **CINCATARINA**

São José das Palmeiras, em 14 de maio de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR
PROCESSO LICITATORIO Nº 034/2025
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 07/2025

DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Aquisição de 01 (uma) escavadeira hidráulica, destinada ao município de São José das Palmeiras-PR, através de Adesão de Ata de Registro de Preços Consolidada nº 34/2023, Pregão Eletrônico nº 34/2023, do Consórcio Interfederativo Santa Catarina –

CINCATARINA

Fundamento legal: art. 86, § 2º e , §3º da Lei 14.133/2021.

Contratada:

Empresa: **PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A.**

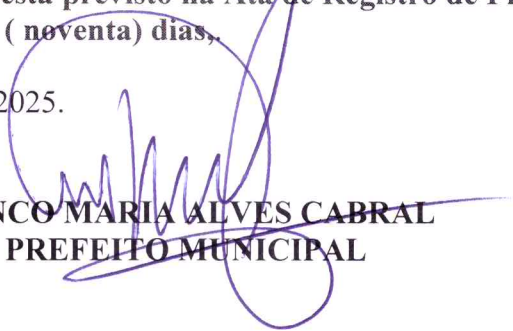
Endereço: BR-116 – km 100 nº 11807 – Curitiba CEP 81.690-100.

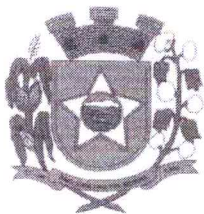
CNPJ/MF: 76.527.951/0001-85

Preço: R\$ 630.000,00 (seiscientos e trinta mil reais).

Prazo: O equipamento no município de São José das Palmeiras - PR. O prazo de entrega conforme **O prazo de entrega está previsto na Ata de Registro de Preços Consolidada nº ATC 000034/2023, será de 90 (noventa) dias.**

São José das Palmeiras, 14/05/2025.

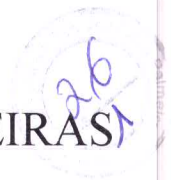

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente licitação de acordo com o resultado exarado pela Comissão de Licitação, a Inexigibilidade de Licitação nº 07/2025, adjudicando o objeto de Bem/Serviço adquirido: Aquisição de 01 (uma) escavadeira hidráulica, destinada ao município de São José das Palmeiras-PR, através de Adesão de Ata de Registro de Preços Consolidada nº 34/2023, Pregão Eletrônico nº 34/2023, do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – **CINCATARINA**

A Empresa vencedora foi: **PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A.**, com o valor de R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais).

Ficando autorizado o órgão competente da Prefeitura a expedição de documentos respectivos para a plena consolidação do previsto nesta licitação.

São José das Palmeiras, 14 de maio de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal